

## É TUDO SOBRE DINHEIRO: OS ASPECTOS PSICOLÓGICOS DO DINHEIRO NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA JUNGUIANA<sup>1</sup>

Karoline Maria da Silva Giló<sup>2</sup>

Paulo Ferreira Bonfatti<sup>3</sup>

### RESUMO:

Essa pesquisa objetiva investigar os fatores psicológicos associados ao dinheiro, utilizando como perspectiva a Psicologia Analítica. A metodologia empregada tem caráter qualitativo com descrição narrativa. Pretende-se contribuir para a lacuna vigente na literatura sobre o tema, propondo uma interligação entre a Psicologia do Dinheiro e a Psicologia Analítica. Para isso, será abordado a Psicologia Econômica e a Psicologia do Dinheiro, questionando como a teoria junguiana poderia contribuir para o entendimento da relação entre as questões psíquicas e monetárias. Assim, será discutido a ideia de complexo afetivo e, mais especificamente, de complexo do dinheiro, evidenciado por Jung nos testes de associações verbais. O dinheiro se encontra atado à psique dos sujeitos e seu caráter psicológico leva a projeções individuais sobre a figura monetária, por isso observam-se diversos elementos pessoais na relação indivíduo-dinheiro. Os aspectos psicológicos do dinheiro não se ligam só ao domínio pessoal, mas também ao coletivo, como aos arquétipos. Em detalhes, tem-se o arquétipo do dinheiro, o qual atribui uma carga complexa ao dinheiro, como a qualquer realidade psíquica arquetípica. Há a consideração ainda do caráter simbólico do dinheiro, já que esse indica mais do que apenas seu conceito e representa um par de opostos. Devido ao dominante simbólico e arquetípico, o dinheiro precisa ser discutido e manifestado. Ao dar vazão aos conteúdos monetários, há a possibilidade de que o movimento psíquico entre consciente-inconsciente apresente um equilíbrio psíquico mais saudável.

Palavras-chave: Psicologia do Dinheiro. Psicologia Econômica. Dinheiro. Jung.

### IT'S ALL ABOUT MONEY: THE PSYCHOLOGICAL ASPECTS OF MONEY FROM THE PERSPECTIVE OF JUNGIAN PSYCHOLOGY

### ABSTRACT:

This research aims to investigate the psychological factors associated with money, using analytical psychology as a perspective. The methodology employed has a qualitative character with a narrative description. It intends to contribute to the existing

---

<sup>1</sup>Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa Psicologia Clínica. Recebido em 28/10/2022 e aprovado, após reformulações, em 30/11/2022.

<sup>2</sup>Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UniAcademia). E-mail: karolinemarig@outlook.com

<sup>3</sup>Doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio) e docente do Centro Universitário Academia (UniAcademia). E-mail: paulobonfatti@hotmail.com

gap in the literature of the subject by proposing an interconnection between the psychology of money and analytical psychology. To do so, it will approach economic psychology and the psychology of money, questioning how Jungian theory could contribute to understanding the relationship between psychic and monetary issues. Thus, the idea of the affective complex and, more specifically, the money complex evidenced by Jung in tests of verbal associations will be addressed. Money is tied to the subject's psyche, and its psychological character leads to individual projections about the monetary figure, that's why several personal elements are observed in the money-individual relationship. The psychological aspects of money are linked not only to the personal domain but also to the collective, such as archetypes, in detail, there is the archetype of money, which attributes a complex charge to money, as to any archetypal psychic reality. Due to its symbolic and archetypal dominance money needs to be discussed and manifested. By giving vent to the monetary contents, it is suggested that the psychic movement between conscious-unconscious can have a psychic balance and be healthier.

Keywords: Psychology of money. Economic psychology. Money. Jung.

## 1 INTRODUÇÃO

Intrinsecamente vinculado à história do desenvolvimento da humanidade, o dinheiro sempre se fez presente em todos os tempos históricos e nas mais diversas culturas, constantemente ocupando um lugar de importância e influenciando na vida de todos os indivíduos. Desde suas iniciais representações por meio de metais e sementes de cacau, passando pela criação das primeiras moedas e até o surgimento das cédulas atuais, o progresso do dinheiro se confunde com o avanço tecnológico, econômico e social do gênero humano (MEIRELLES, 2012).

Nessa perspectiva, dando importância ao fato dos indivíduos passarem uma significativa parte das suas vidas lidando com os mais diversos comportamentos econômicos, o presente artigo tem por objetivo investigar a relação estabelecida pelos sujeitos com o dinheiro, bem como os aspectos psicológicos presentes nessa conexão. Para tal, utilizou-se como teoria norteadora as ideias propostas pela Psicologia Analítica fundada por Carl Gustav Jung (1875-1961), associando-as com os conhecimentos procedentes da Psicologia do Dinheiro a fim de alcançar uma interligação entre ambos os saberes.

À vista disso, a metodologia empregada para a elaboração da presente pesquisa apresenta um caráter qualitativo com a exposição e análise de determinados conceitos oriundos tanto da Psicologia do Dinheiro, quanto da Psicologia Analítica.

Assim, com o propósito de explorar as múltiplas nuances existentes no que tange aos fatores psíquicos atrelados ao dinheiro aplicar-se-á uma descrição narrativa acerca do assunto, usando como base trabalhos e obras que versam sobre o tema e que se enquadram na intenção supracitada da pesquisa em evidência.

Além disso, pretende-se contribuir ainda para a lacuna vigente observada na literatura psicológica acerca do tema proposto, uma vez que as produções acadêmicas referentes à Psicologia do Dinheiro, apesar de crescentes nos últimos tempos, atualmente se exprimem como escassas ou quase inexistentes. Por conseguinte, observa-se uma considerável falta de conhecimento no campo da psicologia a respeito da existência de uma área do saber específica que abrange os aspectos monetários e suas diversas características psíquicas.

Objetiva-se, portanto, não somente colaborar com uma maior exposição do universo psicológico que contempla o dinheiro, mas também propor uma associação entre tal área do saber e as concepções provenientes da Psicologia Analítica. Em suma, devido ao fato do mundo se configurar notadamente ao entorno das questões econômicas, torna-se fundamental investigar as construções psicológicas no que concerne ao dinheiro e às suas variáveis, além da sua influência para o âmbito individual e igualmente para a sociedade em geral; aspirações a serem trabalhadas na pesquisa em foco.

## **2 O UNIVERSO DA PSICOLOGIA DO DINHEIRO**

De acordo com Ferreira (2008), a Psicologia Econômica se caracteriza pelo estudo do comportamento econômico de indivíduos e populações no que diz respeito à tomada de decisão financeira e aos processos psicológicos presentes nessa esfera. A origem desta disciplina esteve vinculada à percepção de inúmeros profissionais quanto à necessidade de se incluir uma visão mais abrangente às teorias econômicas tradicionais, uma vez que essas se demonstravam incapazes de explicar, de maneira apropriada e em condições práticas, os fenômenos econômicos.

Mais especificamente, segundo Ferreira (2008), os modelos de tomada de decisão propostos pelas ciências econômicas para prever e explicar os comportamentos dos indivíduos nas situações financeiras utilizam, como hipótese, axiomas acerca da lógica do comportamento humano. Entretanto, tais axiomas se

**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 8, p.346-370, jul./dez. 2022 – ISSN 2674-9483**

restringem a premissas de racionalidade e maximização de utilidade, não levando em consideração os aspectos psicológicos existentes no processo e fazendo a suposição de que os sujeitos não cometeriam erros sistemáticos ao agir nas variáveis econômicas.

Assim, os questionamentos a respeito das premissas da economia tradicional têm originado a criação de diferentes interpretações sobre o comportamento econômico dos indivíduos, como efetuado pela Psicologia Econômica (FERREIRA, 2008). Ademais, com base no artigo **Economic Psychology between Psychology and Economics: An introduction** (VAN RAAIJ, 1999 apud LAUER-LEITE *et al.*, 2014), tal disciplina apresenta três principais domínios, sendo estes: a micropsicologia econômica, com o estudo dos precedentes e dos subsequentes das atitudes financeiras; a macropsicologia econômica, a qual investiga os determinantes psicológicos vigentes na economia; e a economia psicológica, com a aplicação da metodologia psicológica à economia e a inclusão da Psicologia do Dinheiro.

À vista disso, dentre as inúmeras áreas de estudo contempladas pela Psicologia Econômica, encontra-se a Psicologia do Dinheiro, com a investigação tanto dos diversos significados atribuídos ao dinheiro, quanto da maneira com que os indivíduos constroem esses conceitos (LAUER-LEITE *et al.*, 2014). A Psicologia do Dinheiro se propõe a compreender ainda os comportamentos monetários dos sujeitos, as irracionalidades no uso do dinheiro, que não são abarcadas pelas explicações lógicas de tomada de decisão, e as influências financeiras no comportamento humano, tal qual apontado na obra **The Psychology of Money** (FURNHAM; ARGYLE, 2007 apud MEIRELLES, 2012).

De maneira complementar, a Psicologia do Dinheiro conserva seu interesse nos significados psicológicos atribuídos pelos indivíduos ao dinheiro, tais quais suas crenças e ações, bem como o motivo com que as pessoas agem de determinada forma em relação a tal. Para isso, considera-se o dinheiro como um conceito complexo e multifatorial que apresenta uma variedade de significados atribuídos a si. Ademais, tal área compreende o comportamento monetário dos indivíduos através de uma perspectiva histórica, do desenvolvimento e dos significados secundários do dinheiro, como origem, forma e mensagem; de maneira análoga ao apresentado na obra **The individual in the economy** (LEA; TARPY; WEBLEY, 1987 apud MEIRELLES, 2012).

Entre os inúmeros itens analisados pelo campo da Psicologia do Dinheiro, encontram-se: a aprendizagem sobre o dinheiro ainda na infância por meio do processo de socialização econômica; o papel do dinheiro no cotidiano do indivíduo, no que tange ao manejo de poupar ou gastar; o dinheiro na dinâmica familiar, incluindo as decisões domésticas acerca de como utilizá-lo (FURNHAM; ARGYLE, 2007 apud MEIRELLES, 2012); e escalas de significado do dinheiro, as quais propõem um instrumento de investigação do sentido do dinheiro no contexto brasileiro (MOREIRA; TAMAYO, 1999).

Além disso, Lauer-Leite e colaboradores (2014) compartilham que os diversos significados conferidos ao dinheiro são influenciados por variáveis sociodemográficas, como sexo, idade e nível educacional; variáveis de personalidade, tal qual obsessividade ou ansiedade; variáveis do trabalho, incluindo o salário recebido; e variáveis de valores, acerca de tipos motivacionais. De maneira complementar, essas acepções não seriam constituídas apenas quando os sujeitos se tornam adultos, mas igualmente durante sua infância, sendo inspiradas pelos responsáveis da criança, pela escola e pelo ambiente ao redor.

Apesar do crescente esforço de aproximação entre economistas e psicólogos nas últimas décadas e do aumento, mesmo que tímido, de publicações referentes ao tema, o estudo do dinheiro na Psicologia se configura como recente e, quando existente, contempla o assunto sem considerá-lo um objeto de conhecimento em si, diferente do proposto pela Psicologia do Dinheiro (MEIRELLES, 2012). Segundo a autora, mesmo que o dinheiro tenha se tornado objeto de pesquisa de diversas disciplinas, como a Sociologia, a Filosofia e a Antropologia, no campo do saber psicológico ainda existe um tabu a ser rompido, uma vez que conversar sobre aspectos monetários seria revelar algo privado e secreto dos indivíduos.

Assim, devido ao fato do dinheiro funcionar recorrentemente como algo “não pronunciado” nas relações humanas, os problemas vinculados ao universo monetário são capazes de se apresentar envolvidos em outros sintomas e em outras adversidades. De acordo com o exposto na obra **O Significado Secreto do Dinheiro** (MADANES; MADANES, 1997 apud MEIRELLES, 2012), o dinheiro por si só não seria o cerne da questão, mas sim se esse dinheiro estaria representando outros pontos imprescindíveis para o indivíduo ou para as suas relações interpessoais. Isto faria o

dinheiro adquirir novos significados e utilidades devido à história pessoal e familiar de cada sujeito (MEIRELLES, 2012).

Dessa maneira, atuando em conformidade com a concepção apresentada por Ferreira (2008) de que o dinheiro não se caracteriza apenas por sua função econômica, mas igualmente pelas dimensões simbólicas que ocupa na vida dos sujeitos, fez-se a escolha pela Psicologia Junguiana como uma bússola, a fim de indicar uma direção de leitura dos aspectos psicológicos do dinheiro. Em outras palavras, tendo em mente os fins didáticos do artigo em evidência, levanta-se o questionamento quanto ao modo com que a teoria construída por Jung seria capaz de contribuir para o entendimento da relação existente entre as questões psíquicas e as monetárias.

Nessa perspectiva, cabe trazer um conceito junguiano passível de dialogar com o objetivo supracitado: os complexos de tonalidade afetiva. Segundo Jung (2011), os complexos são constituídos por ideias variáveis com cargas emocionais específicas, sendo que a maioria dos indivíduos possui distintos complexos capazes de se manifestar de diferentes maneiras. Por conseguinte, os complexos detêm a capacidade de formar unidades psíquicas mais elevadas, bem como de influenciar no pensar e agir dos sujeitos em diversos contextos; tal qual, por exemplo, nas situações econômicas. Sendo assim, torna-se significativo o aprofundamento no conceito supracitado para uma perspectiva dialogal com o objeto a ser trabalhado, o dinheiro.

### **3 O CONCEITO JINGUIANO DE COMPLEXO AFETIVO**

Stein (2006) compartilha que Jung, desde os primeiros anos da sua vida adulta, apresentava o projeto de explorar cientificamente o território de domínio até então desconhecido da psique humana, construindo sua teoria psicológica a partir da sua singularidade e com base nesse processo investigativo. Dentre os inúmeros conceitos propostos por Jung no processo contínuo de construção da Psicologia Analítica tem-se os complexos, os quais se caracterizam como um fator psíquico ou uma imagem de “[...] uma determinada situação de forte carga emocional incompatível com as disposições ou atitude habitual da consciência” (JUNG, 2013, p. 47).

Nessa perspectiva, os complexos atuam como um aglomerado de diversas associações, de modo semelhante a um quadro de natureza psicológica, podendo se

**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 8, p.346-370, jul./dez. 2022 – ISSN 2674-9483**

apresentar, dependendo da situação e dos sujeitos referidos, com um caráter traumático, doloroso ou acentuado, tal qual apontado por Jung (2015b). Além disso, tais estruturas psíquicas possuiriam, em termos energéticos na dinâmica da psique, um valor superior àqueles apresentados pelas intenções conscientes, ocasionando a atribuição aos complexos de uma forte coerência interior e de uma tonalidade própria, assim como de um grau elevado de autonomia (JUNG, 2013).

De maneira consequente, o conceito de complexo, presente na teoria junguiana, levanta o questionamento não somente da suposição de que a consciência se configura como uma unidade, mas também da premissa de que a vontade consciente possuiria um caráter de supremacia (JUNG, 2013). Por esse ângulo, os complexos seriam capazes de colocar os indivíduos em um estado temporário de não-liberdade, de atitudes compulsivas e de pensamentos de natureza obsessiva, como exposto por Jung (2013, p. 47):

Hoje em dia todo mundo sabe que as pessoas "têm complexos". Mas o que não é bem conhecido e, embora teoricamente seja de maior importância, é que os complexos podem ter-nos. [...] Toda constelação de complexos implica um estado perturbado de consciência. Rompe-se a unidade da consciência e se dificultam mais ou menos as intenções da vontade, quando não se tornam de todo impossíveis.

Isto posto, apesar de ser possível, de uma maneira geral e com um determinado esforço, reprimir temporariamente um complexo, não é tangível negar sua existência (JUNG, 2013). Isso aconteceria uma vez que, no primeiro momento conveniente, tal estrutura psíquica volta a ocupar um lugar na superfície consciente com toda a força inerente a si. Logo, caso os complexos não sejam assimilados ou elaborados pelos sujeitos, esses podem passar a se constituir como autônomos, de maneira análoga a perturbações “[...] que escapam ao controle da consciência, comportando-se como verdadeiros perturbadores da paz” (JUNG, 2013, p. 129).

### 3.1 O TESTE DE ASSOCIAÇÃO DE PALAVRAS

A despeito do conceito de complexo ser amplamente difundido na linguagem cotidiana, sua utilização nas teorias psicológicas foi instituída através dos estudos experimentais desenvolvidos por Jung quanto às associações verbais (PIERI, 2002). Mais especificamente, o método desenvolvido por Jung (2013) possuía o objetivo

**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 8, p.346-370, jul./dez. 2022 – ISSN 2674-9483**

inicial de determinar a velocidade média das reações dos indivíduos perante certos estímulos verbais, bem como a qualidade das respostas obtidas. Contudo, nessas ocasiões, percebeu-se que tal propósito era um resultado secundário, em virtude da técnica ter sido recorrentemente atingida pelo comportamento autônomo da psique dos sujeitos ali inseridos.

Com base nisso e em conjunto ao estudo dos fenômenos das associações, deu-se a descoberta da existência dos complexos de tonalidade afetiva por Jung (2013), além da indicação de que determinados grupos de elementos psíquicos se encontravam ao entorno de certos conteúdos emocionais. Assim, retificando o registro anterior dos complexos como falhas de reação dos indivíduos submetidos ao teste, foi apontado que essas estruturas psíquicas seriam constituídas de um elemento principal ou nuclear, assim como de uma significativa quantidade de associações consteladas em segundo plano.

Em sua obra **Estudos Experimentais** (2011), Jung dissertou acerca dos pormenores da realização do teste de associação de palavras, abordando, dentre inúmeros pontos, os estudos diagnósticos de associações, com as investigações em pessoas ditas sadias e em sujeitos com comprometimentos psíquicos, além das pesquisas psicofísicas efetuadas. Por conseguinte, Jung (2011) também apontou a existência de um complexo denominado por vezes de complexo do dinheiro, outras de complexo financeiro, referindo-se essencialmente à existência desse fator psíquico interligado a determinadas questões econômicas.

A título de exemplo, o termo complexo do dinheiro é citado para ilustrar uma das formas com que um complexo afetivo pode vir a ser reprimido, a qual, no caso em questão, foi explicada através do processo de assimilação da palavra-estímulo (JUNG, 2011). Sem motivo visível, há a possibilidade da palavra ser interpretada num sentido especial e único, contendo ainda uma carga emocional específica. Nesse ponto de vista, Jung (2011, p. 171, grifo nosso) discorre:

Uma pessoa experimental, cuja vida íntima está fortemente afetada por um assunto financeiro desagradável reagiu no tempo normal a *doente* com *pobre* e na reação seguinte *Stolz* (orgulho) - *Boiz* (seta), com tempo prolongado de reação. [...] *Pobre* tem um sentido emocional bem próprio para esta pessoa; a atenção ficou presa ao complexo atingido, o que resultou em distúrbio na reação subsequente devido à distração interna. A pessoa [...] reagiu a *compaixão* com *pobres* (*pobre* tem carga emocional típica). A associação subsequente foi *amarelo-muito*. Temos novamente uma perseveração do **complexo financeiro**, sendo *gelb* (amarelo) assimilado imediatamente a

*Geld* (dinheiro), ainda que a pessoa estivesse bem familiarizada com todas as palavras-estímulo de nossa lista.

Além disso, ao relatar os complexos de carga emocional atingidos numa série específica do experimento, Jung (2011) indicou mais uma vez as aparições do complexo do dinheiro, acrescentando que de 53% das associações aludidas na exposição do caso, 11,5% se referem a conteúdos que alcançaram o complexo monetário. Tal fato evidenciou a ideia de que nas associações percebidas pelo método estavam presentes numerosos conteúdos individuais conectados à história pessoal dos sujeitos experimentais. No caso em questão, o sujeito possuía antecedentes desagradáveis com o dinheiro, como observado na passagem a seguir:

A pessoa experimental tem uma história desagradável com dinheiro que a preocupa há muito tempo; foi acusado muitas vezes de orgulhoso, sobretudo em tempos passados. Esta acusação, juntamente com a questão do dinheiro, formavam um contraste bem doloroso. [...] A pessoa experimental tomou *Mappe* no sentido de carteira de dinheiro em que ela costumava pegar (*holen*) dinheiro. A reação *Hoiz* (madeira) é totalmente sem sentido e causou a princípio admiração à pessoa experimental, até que se lembrou do sentido que tinha *Mappe*. *Hoiz* esconde *holen* que, evidentemente, faz parte do reprimido **complexo de dinheiro** (JUNG, 2011, p. 288, grifo nosso).

Em suma, Jung abordou o termo complexo do dinheiro e suas variáveis em diversos outros momentos da obra **Estudos Experimentais** (2011), referindo-se sobretudo à evidência de aparição desse complexo mediante as palavras-estímulos utilizadas. De maneira complementar, a expressão é retomada na coletânea **Vida Simbólica** (2015b), mediante o comentário a respeito das caracterizações do teste em foco. Em mais detalhes, indaga-se o motivo que levaria um adulto inteligente a vacilar diante de uma simples palavra que poderia ser compreendida até mesmo por crianças. Assim:

É que tal palavra atingiu um complexo, um conglomerado de conteúdos psíquicos, caracterizados por uma carga emocional peculiar e talvez dolorosa, normalmente inacessíveis ao contato exterior [...] Por exemplo: alguém que tenha **complexo relacionado com dinheiro** será atingido se usarmos palavras como “pagar”, “dívida”, “comprar” etc. Ocorrerá um distúrbio na reação (JUNG, 2015b, p. 75, grifo nosso).

Não obstante o feito junguiano de tais referências, a pesquisa construída para o artigo de que se trata não reconheceu evidências de que o autor tenha aprofundado a concepção de complexo do dinheiro ou articulado suas especificidades. Tal função, **CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 8, p.346-370, jul./dez. 2022 – ISSN 2674-9483**

no entanto, pode ser atribuída a demais profissionais de orientação junguiana, como se verá adiante, os quais discorreram sobre o termo complexo do dinheiro e acerca de outros aspectos psicológicos presentes no contexto monetário.

#### 4 UMA PERSPECTIVA JINGUIANA DO DINHEIRO

Lockhart e colaboradores, por meio da obra **Alma e Dinheiro** (1997), efetuaram uma aproximação dos conceitos junguianos frente ao significado do dinheiro e a outras circunstâncias conectadas a situações financeiras, tal qual a prática analítica. Em detalhes, os autores compartilham a fala proferida por Jung no que diz respeito aos três “M’s” pertencentes ao universo da análise: *Mother* (mãe), *Matter* (importância) e *Money* (dinheiro), destacando a semelhança da importância existente na relação dos indivíduos com o dinheiro e na ligação entre esses e seu destino, propósito e fins.

Como já apontado, a temática monetária é pouco mencionada não só na literatura psicológica, como também nos consultórios analíticos, uma vez que a maioria dos indivíduos evita conversar acerca do assunto do dinheiro, persistindo no sigilo quando este é abordado. Jung, em **Civilização em Transição** (2007), ponderou que o dinheiro apresenta o mesmo traço de tabu presente nas épocas em que a maioria das transações monetárias, tal qual a atividade bancária e o empréstimo a juros, eram consideradas desonestas, exemplificando que em países antigos lidar com o dinheiro ainda seria um prazer proibido. Diante disso, “[...] é considerado de bom tom escamotear assuntos de dinheiro” (JUNG, 2007, p. 254).

Lockhart e colaboradores (1997) igualmente ilustram a particularidade de censura no que se refere aos conteúdos monetários, apontando acerca de tabus terapêuticos em que determinados analistas foram interrogados com relação a suas respectivas percepções de assuntos e atitudes que não poderiam ser aludidos com seus pacientes. Nesse caso, emprestar dinheiro a um analisando foi o fator mais proibido, inclusive quando comparado a segurar, gritar e bater. Logo, concluiu-se que o dinheiro constelava uma inadequação significativa, dado que esse:

Sempre nos leva para dentro do mar, incertos, quer venha como brigas de herança, fantasias sobre um carro novo e casas antigas, sonegação de impostos, especulações de mercado, pobreza, quer esses complexos apareçam em sonhos, nas salas de estar, ou em medidas econômicas (LOCKHART et al., 1997, p. 30).

Nessa perspectiva, torna-se possível questionar o motivo da vigente discrição quando se trata de assuntos monetários. À luz da hipótese levantada por Lockhart e colaboradores (1997), ao versar sobre dinheiro, os sujeitos começam a transparecer a relação interna que possuem com o seu eu de uma maneira real, honesta e consideravelmente reveladora. Em outros termos, não somente as falas discorridas no tocante aos temas monetários, mas também o modo com que os indivíduos atuam em situações financeiras revelam aspectos correlacionados à realidade de cada um.

À vista disso, ainda que o dinheiro seja compreendido através do seu sentido próprio, esse aspecto pode ser diferenciado de pessoa para pessoa, considerando que detalhes monetários são ideias gerais assumidas em contextos individuais, sendo, conseqüentemente, entendidas e empregadas por meio de uma variação única de cada sujeito (JUNG, 2015b). Logo, a compreensão acerca do dinheiro, de maneira semelhante a outras definições, significa “[...] mais do que supostamente designam. Gerais eles são apenas em nossa suposição, enquanto na realidade prática apresentam todo tipo de nuances e matizes” (JUNG, 2015b, p. 270).

#### 4.1 O COMPLEXO MONETÁRIO

De acordo com Lockhart e colaboradores (1997), o complexo monetário se apresenta como um dos complexos existentes na psique dos indivíduos que permanece mantido em intenso sigilo, não sendo possível administrá-lo, como resultado, com mais facilidade quando comparado a outros complexos. Nesse ângulo, pode-se dizer que “[...] demônios extraordinários são alarmados quando tocamos o complexo monetário” (LOCKHART *et al.*, 1997, p. 34), na medida em que os sujeitos se encontram mais inclinados a revelar o que está presente embaixo de suas calças do que aquilo que está oculto dentro dos seus bolsos (LOCKHART *et al.*, 1997).

Ainda assim, o dinheiro se qualifica como um dos aspectos fundamentais da realidade viva, levando até mesmo certos indivíduos a procurarem um atendimento psicológico devido ao desejo de promover uma mudança psíquica, visando um menor sofrimento com problemas oriundos do dinheiro (LOCKHART *et al.*, 1997). De modo conseqüente, o dinheiro atua como um elemento imprescindível no trabalho constituído pelo analista com seus pacientes, posto que múltiplas pessoas dispõem

de um complexo monetário e a forma com que cada um convive com o dinheiro é capaz de produzir um efeito em vários outros segmentos da sua vida.

Nessa direção, o dinheiro se encontra intrinsecamente atado à psique dos sujeitos, sendo possível resumir essa concepção através da equação “dinheiro = psique”, uma vez que não há alternativa de existir um desses aspectos sem o outro para complementá-lo. Sendo assim, para identificar a alma de qualquer indivíduo, pode-se começar a procurar “[...] naqueles fatos embaraçosos e irredutíveis do complexo monetário, aquele louco caranguejo correndo no fundo de silenciosos mares” (LOCKHART *et al.*, 1997, p. 36).

Tal fato reforça o pensamento de ser viável encontrar mais alma nos problemas monetários mais extremos, concernente não apenas às adversidades relativas à pobreza ou à falta de condições financeiras, mas igualmente aos transtornos associados ao luxo e à avareza (LOCKHART *et al.*, 1997). Como abordado por Jung na obra **Aspectos do Drama Contemporâneo** (2012), para certos indivíduos, economizar dinheiro traz mais prazer do que despender, enquanto para outros, o contentamento está centrado em esbanja-lo. Isto é, “[...] um teme o ficar quieto e o outro o movimento liberador almejado pelo temperamento intuitivo” (JUNG, 2012, p. 97).

De forma complementar, no cotidiano de inúmeras pessoas, a importância e o medo do dinheiro podem se caracterizar como psicologicamente mais devastadores do que outros receios de vida (LOCKHART *et al.*, 1997). O mesmo princípio é observado nas palavras de Jung (2015a), quando o autor evidencia que o valor mais alto da alma humana pode se apresentar situado de maneiras diversas dependendo dos sujeitos referidos, estando focalizado, em alguns casos, na figura de Deus ou na ciência e, em outros, no dinheiro.

Por conseguinte, Jung (2018) com frequência atuava no sentido de captar a quantidade exata de tempo e dinheiro que seus pacientes haviam despendido em dada situação, tornando-se capaz de assimilar, por meio desse processo, o quão importante aquele momento teria sido para o indivíduo em evidência. Mediante a isso, torna-se possível perceber que existem aspectos psicológicos presentes na esfera monetária em todos os tempos e de incontáveis formas, além de que o dinheiro “[...] é ‘um tipo de poesia’, que ele é total e inteiramente psicológico” (LOCKHART *et al.*, 1997, p. 34).

## 4.2 AS PROJEÇÕES PSÍQUICAS SOBRE O DINHEIRO

Em harmonia ao especificado por Lockhart e colaboradores (1997), o caráter psicológico do dinheiro não indica apenas a existência de um determinado complexo monetário, como discorrido acima, mas igualmente no desempenho de diversas projeções individuais sobre a figura monetária. Diante disso, as circunstâncias experimentadas mediante o lidar com o dinheiro se conectam aos aspectos evidentes na psique de todo indivíduo, sendo oriundas de projeções particulares de cada um. Jung (2015b, p. 183) corrobora esse pensamento ao compartilhar que toda projeção “[...] é um mecanismo psicológico geral que carrega conteúdos subjetivos de toda espécie sobre o objeto”.

Nessa direção, a grande maioria dos sujeitos projeta no dinheiro diversas qualidades e características específicas de sua vida pessoal (LOCKHART *et al.*, 1997). Por efeito disso, incontáveis elementos detêm o potencial de serem observados na relação que o indivíduo estabelece com o dinheiro, como a forma com que seus afetos estão dispostos, os temores existentes em sua vida e os sonhos ou desejos que pretende alcançar no futuro. Como resultado, “[...] mais interessantes e mais importantes em nossas práticas diárias são as projeções sutis que todos temos sobre o dinheiro” (LOCKHART *et al.*, 1997, p. 80).

De maneira complementar, as projeções da alma sobre a figura monetária dispõem de consideráveis vantagens quando em comparação a outros tipos de projeções, uma vez que o dinheiro não apresenta um rosto específico e se configura inicialmente com um caráter neutro (LOCKHART *et al.*, 1997). Assim, os sujeitos tendem a realizar projeções no dinheiro com mais facilidade do que em outros elementos pertencentes ao seu cotidiano, tal como relacionamentos afetivos ou produções artísticas. Torna-se, portanto, esperado e desejável que a projeção da psique em cima de fatos monetários aconteça.

Em virtude da expressiva capacidade de projeção sobre o dinheiro, Lockhart e colaboradores (1997) salientam a existência da dificuldade geral em diferenciar em que ponto as características pessoais se iniciam e a partir de onde os fatos monetários de fato começam. No entanto, em sintonia com o abordado por Jung (2000), esse impasse se faz presente em qualquer situação projetiva, levando em conta que o ato

de projetar é um processo automático de um conteúdo inconsciente sendo transferido para o objeto e parecendo pertencê-lo desde o início. Assim sendo:

Ninguém pode fazer projeções intencionais e conscientes, pois aí a pessoa saberia que estava projetando os seus conteúdos subjetivos, e por conseguinte não poderia localizá-los no objeto, pois saberia que eles são próprios da pessoa e não do objeto. Na projeção o fato aparente ao qual você está confrontado no objeto na realidade é uma ilusão [...] eis por que essa ilusão é abolida quando se descobre que os fatos aparentemente objetivos são realmente conteúdos subjetivos. A partir de então tais elementos tornam-se associados com a própria psicologia do indivíduo, não se podendo mais atribuí-los ao objeto (JUNG, 2000, p.183).

Para além disso, as projeções monetárias ocupam seu respectivo espaço no ambiente do consultório analítico e no universo das relações psicoterapêuticas (LOCKHART *et al.*, 1997). Dessa forma, há a necessidade, numa autêntica análise, de contemplar as projeções efetuadas sobre o dinheiro tanto pelo paciente, quanto por parte do analista, visto que ambos projetam sua alma singular no dinheiro sem face. Tal fato indica aos psicoterapeutas a importância de investigar suas próprias relações com as figuras monetárias, atentando-se para que “[...] aquilo que não está claro para nós, porque não o queremos reconhecer em nós mesmos, nos leva a impedir que se torne consciente no paciente” (JUNG, 1985, p. 18).

Por esse motivo, no *setting* psicoterapêutico os pacientes não apenas projetam seus aspectos pessoais no analista, como uma tela em branco, mas suas experiências se acham igualmente influenciadas pela figura do profissional ali presente (LOCKHART *et al.*, 1997). Como alegado por Jung (1985), tal qual o paciente, os analistas também estão em análise, constituindo-se como parte integrante do processo psíquico e estando expostos às influências transformadoras dos encontros analíticos. Nesse ângulo, surge a demanda em indagar o papel do dinheiro particular a cada uma das partes, seja para o paciente, para o psicoterapeuta ou para o processo analítico em si.

Além disso, nas obras supracitadas há a indicação de que os aspectos psicológicos associados ao dinheiro não se apresentam apenas inerentes ao domínio pessoal dos indivíduos, tal qual detalhado anteriormente sobre o complexo monetário e as projeções psíquicas. Por outra forma, Lockhart e colaboradores (1997) apontam que as instâncias monetárias também são passíveis de estabelecer ligações com conteúdos psíquicos de caráter coletivo. Tais conteúdos, com base na teoria

junguiana, competiriam aos arquétipos e, mais especificamente, ao arquétipo do dinheiro.

## 5 SOBRE O CONCEITO DE ARQUÉTIPO

Para além das ideias de complexo afetivo e projeção, cabe citar outro conceito que ocupa igualmente um lugar significativo na teoria junguiana: os padrões coletivos denominados arquétipos. Para esclarecer esse termo, Jung se inspirou em uma expressão utilizada por Santo Agostinho, definindo os arquétipos como um “[...] ‘typos’ (impressão, marca-impressão), um agrupamento definido de caráter arcaico” (JUNG, 2015b, p. 62). Isso demonstra que o conceito de arquétipo não se apresenta como exclusivo da Psicologia Junguiana, sendo reconhecido igualmente por outras áreas do saber.

Quanto às especificidades dos arquétipos, Jung, na obra **Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo** (2000), propõe a existência de duas instâncias psíquicas inconscientes e distintas, definindo-as como o inconsciente pessoal e o inconsciente coletivo. O domínio do inconsciente pessoal seria constituído de conteúdos outrora conscientes na vida dos sujeitos, mas que foram esquecidos ou reprimidos – sobretudo os complexos afetivos. Já os conteúdos pertencentes ao âmbito do inconsciente coletivo nunca estiveram na consciência até se manifestarem, uma vez que não se devem à aquisição pessoal.

Por esse ângulo, a substância presente no inconsciente coletivo estaria composta essencialmente pelos arquétipos. Como afirmado por Jung (2015b, p. 72), todos “[...] temos os mesmos arquétipos, assim como todos possuímos fígado, olhos e coração”, sendo que existem diversos arquétipos associados às variadas situações típicas da vida cotidiana. Para tal, incontáveis repetições foram marcando as experiências vividas na constituição psíquica dos sujeitos, não sob a forma de imagens com conteúdos específicos, mas a partir da possibilidade de representação de um certo tipo de percepção e ação (JUNG, 2015b).

Assim, os arquétipos se ligam a tipos primordiais de imagens universais que perduram desde os tempos mais remotos da humanidade, de acordo com o compartilhado por Jung (2000). Em outros termos, essa instância psicológica indica a vigência de certas formas na psique em todo tempo e em todo lugar, sem depender

da influência de uma transmissão externa. Logo, herdar-se-ia a forma pré-existente, a qual secundariamente poderia vir a assumir conteúdos específicos de maneira correspondente a dinâmica individual em que se manifesta.

Desse modo, quando determinada situação correspondente a um arquétipo se faz presente na vida das pessoas, “[...] este é ativado e surge uma compulsão que se impõe a modo de uma reação instintiva contra toda a razão e vontade” (JUNG, 2000, p. 56). Por outra forma, os arquétipos detêm iniciativa e energia própria, o que permite sua intervenção em momentos cotidianos através de impulsos ou maneiras de pensar. Nesse aspecto, os arquétipos funcionam à semelhança dos complexos, os quais igualmente desfrutam de um certo grau de autonomia (JUNG, 2015b).

Além disso, conforme salientado por Jung (2000), os arquétipos são considerados instâncias psíquicas relativamente autônomas e, em razão disso, não possuem a capacidade de serem integradas à consciência por meios racionais. Tal afirmativa reforça que os materiais provenientes dos arquétipos pertencem de fato à camada inconsciente, posto que se fossem representações originárias da consciência “[...] nós as entenderíamos de imediato e não ficaríamos consternados, pasmos e confusos quando elas surgem em nossa consciência” (JUNG, 2015b, p. 303).

Em suma, a concepção junguiana de arquétipo se apresenta como um conceito limite, na medida em que não é plausível acessar de maneira direta essa instância psíquica, mas somente por intermédio de suas manifestações (SERBENA, 2010). Seja como imagem, padrão de percepção ou afeto, Jung (2015b) reitera a necessidade de que os arquétipos sejam lidados para além do seu conceito, levando em consideração que essa instância psíquica se refere a muito mais do que apenas designa. Em outras palavras:

O intelecto discriminado sempre procura estabelecer o seu significado unívoco e perde o essencial, pois a única coisa que é possível constatar e que corresponde à sua natureza é a multiplicidade de sentido, a riqueza de referências quase ilimitadas que impossibilita toda e qualquer formulação unívoca (JUNG, 2000, p. 46).

Tendo em mente o conceito de arquétipo discorrido previamente, torna-se possível indagar que tal âmbito psíquico proposto por Jung poderia se encontrar correlacionado ao contexto monetário, como objetivado pela presente pesquisa. Assim, atua-se em concordância com Lockhart e colaboradores (1997) no que diz

respeito à existência do denominado arquétipo do dinheiro, referindo-se sobretudo a instância arquetípica associada ao fator monetário e suas variáveis; os quais serão detalhados no tópico a seguir.

## 5.1 O ARQUÉTIPO DO DINHEIRO

Na obra **Alma e Dinheiro** (1997), Lockhart e colaboradores declaram que o dinheiro compete também a um dominante arquetípico, podendo ser compreendido e utilizado de distintas formas dependendo de quem o alude. Nessa direção, o dinheiro em si não equivale a nenhuma concepção isolada, quer corresponda a troca, valor ou energia, além de dispor de inúmeras raízes e conservar um caráter de incerteza. Em outros termos, “[...] o dinheiro é tão amplo e profundo quanto o oceano, o inconsciente primordial, e nos torna assim também. Ele sempre nos leva a enormes profundezas” (LOCKHART *et al.*, 1997, p. 29).

Isto posto, com base no exposto por Lockhart e colaboradores (1997), é preciso ter em mente que a totalidade do que for expresso sobre o dinheiro se encontra influenciado tanto pelos valores oriundos da tradição cultural, quanto pela voz da consciência coletiva. Independente do seu conteúdo específico ou do ambiente a qual se refere, direciona-se a necessidade prévia de examinar as próprias atitudes em relação aos assuntos monetários, dado que a propriedade arquetípica pode fixar o dinheiro em uma estrutura pré-estabelecida, oriunda de formas antigas e imperceptíveis.

Além do mais, à semelhança de qualquer realidade psíquica, o dinheiro desfruta do potencial de dar origem a divisões, oposições e outras realidades fundamentais da alma, tal qual amor, morte, sexualidade, política e religião (LOCKHART *et al.*, 1997). De maneira análoga, as realidades supracitadas são apontadas por Jung (2008) como arquétipos vigentes na psique humana, os quais podem ser reduzidos equivocadamente a simples interpretação de nome, palavra ou conceito. Logo, precisa-se considerar essas instâncias arquetípicas como “[...] muito mais do que isso: é um pedaço de vida [...] que está ligada a um indivíduo vivo por meio da ponte do sentimento” (JUNG, 2015b, p. 339).

Desse modo, em sintonia com Lockhart e colaboradores (1997), o dinheiro carregará a cada instante uma bagagem inerentemente problemática, posto que as

**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 8, p.346-370, jul./dez. 2022 – ISSN 2674-9483**

realidades psíquicas arquetípicas conservam características complexas e emaranhadas a diversos fatores. Nessa lógica, as dificuldades alusivas ao dinheiro se constituem como inevitáveis, necessárias e irredutíveis, bem como sempre evidentes e, em certos casos, potencialmente esmagadoras. Conforme Jung (2015b, p. 215), “[...] os arquétipos são a grande força decisiva e produzem os fatos e não os nossos raciocínios pessoais e a nossa inteligência prática”.

À vista disso, lidar com o dinheiro é confrontar uma realidade da alma que, caso depreciada, será capaz de ameaçar a psique com inúmeras distorções de valor (LOCKHART *et al.*, 1997). Isto significa que, na hipótese de ser deslocado de suas funções arquetípicas, o dinheiro buscará para si uma nova fundação. No entanto, essa base não consegue se sustentar por muito tempo, haja vista que qualquer realidade psíquica que tenha sido desconsiderada se torna sintomática, a fim de garantir sua autonomia arquetípica fundamental.

Jung (2015b) enfatiza que os instintos, mesmo ignorados, não desaparecem, apenas perdem seu contato com a consciência e se tornam obrigados a encontrar outras formas de manifestações, agora indiretas. Seja através de automatismos, sintomas ou incidentes variados, como esquecimentos e equívocos, tais expressões ressaltam a autonomia ostentada pelas instâncias arquetípicas e, conseqüentemente, pelo dinheiro. Nas palavras de Jung (2015b, p. 323):

É fácil achar que somos senhores em nossa própria casa, mas enquanto não estivermos em condições de dominar nossos sentimentos e disposições de espírito ou de ter consciência das centenas de caminhos secretos onde se imiscuem pressupostos inconscientes em nossos arranjos e decisões, não somos senhores.

Com base nisso, caso os assuntos referentes ao dinheiro não ocupem um determinado lugar na vida cotidiana dos sujeitos para ponderações ou diálogos, seu caráter arquetípico o levará a se tornar autônomo e invasivo, podendo manifestar-se sem depender da vontade pessoal do indivíduo. Por conseqüência, para lidar com as diversas nuances do arquétipo do dinheiro, faz-se necessário ponderar ainda acerca de outra particularidade inerente a tal instância psíquica: seu caráter simbólico.

Por serem provenientes de estruturas arquetípicas, os símbolos igualmente retratam acontecimentos e temas recorrentes na história da existência humana, além de se configurarem como conteúdos pertencentes à camada inconsciente da psique

(SERBENA, 2010). Sendo assim, vale refletir de que forma o arquétipo do dinheiro se conecta com a ideia junguiana de símbolo, bem como o modo com que esse aspecto simbólico exerce influência no lidar com as questões monetárias, dado que um símbolo a todo momento designa mais do que se pode compreender à primeira vista (JUNG, 2015b).

## 5.2 O SIMBOLISMO DO DINHEIRO

Em concordância com Jung (2015b), o símbolo expressa uma concepção, nome ou figura conhecidos por si só, mas com conteúdo e emprego que indicam um sentido aparentemente oculto, desconhecido ou obscuro. Nesse sentido, os símbolos têm o potencial de se destacar através de qualquer modo de manifestação psíquica, tal qual pensamentos, sentimentos, ações e em diversas outras situações. Para além da instância inconsciente do símbolo, determinados objetos inanimados também aparentam se organizar por meio de modelos simbólicos.

À vista disso, independentemente da sua forma de manifestação, os símbolos não podem ser criados de maneira consciente e em nenhum momento seriam produzidos pela livre escolha do sujeito em questão (JUNG, 2015b). Isto é, o símbolo se configura como uma manifestação psíquica fora do âmbito do controle racional, levando à significativa importância desse fator psicológico como um dos representantes do inconsciente. Por isso, atribui-se ao caráter simbólico um valor considerável, já que “[...] assim como a planta gera sua flor, a psique produz seus símbolos” (JUNG, 2015b, p. 296).

Tais aspectos simbólicos se qualificam como capazes de estabelecerem uma ligação com os conteúdos monetários, acarretando, de maneira consequente, numa dada dimensão simbólica relacionada ao dinheiro. Mais especificamente, a definição de símbolo apresenta similaridades com a concepção de dinheiro, uma vez que, segundo Jung (2015b), uma figura atua como um símbolo a partir do momento que significa muito mais do que indica no seu conceito inicial. Além disso, um símbolo dispõe de um aspecto abrangente e inconsciente, o qual não consegue ser definido nem esgotado com precisão.

Assim, essas características simbólicas podem ser notadas no lidar com o dinheiro, sobretudo em referência ao fato deste possuir múltiplas e fluidas

**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 8, p.346-370, jul./dez. 2022 – ISSN 2674-9483**

concepções, a depender de quem o utiliza ou a qual contexto se refere (FERREIRA, 2008). À título de exemplo, existem as metáforas sobre dinheiro vigentes na linguagem cotidiana, as quais conseguem revelar uma parcela da visão existente sobre o tema. São essas: o dinheiro semelhante a líquido, como dito em 'chover dinheiro' ou 'sair pelo ralo'; tal qual alimento, como 'engordar a conta' ou 'época das vacas magras'; e com um caráter sexual, como 'dinheiro gera dinheiro' (BELK, 1999 apud FERREIRA, 2008).

Por esse ângulo, inúmeros significados se encontram conectados à esfera monetária, não sendo possível limitá-los a estreitas categorias de definição (FERREIRA, 2008). De maneira semelhante ao proposto por Jung (2015b), os símbolos não conservam apenas uma única interpretação, mas sim múltiplas e abundantes possibilidades de se compreender uma mesma temática. Tais interpretações são capazes de representar ainda um mesmo par de opostos, tal qual visto na conotação dada ao dinheiro seja como algo negativo (mal ou sujo) ou positivo (beleza ou inteligência); (JUNG, 2015b; FERREIRA, 2008).

No tocante ao caráter arquetípico dos símbolos, Jung (2015b) estabelece duas categorias distintas dessa instância psíquica: os símbolos naturais e os culturais. Em mais detalhes, denomina-se de símbolos naturais aqueles procedentes diretamente de conteúdos inconscientes, ocasionando neles a presença de motivos individuais ou de imagens arquetípicas<sup>4</sup>. Os símbolos culturais, por sua vez, atravessaram inúmeras transformações e processos de aprimoramento, acarretando-os como representações coletivas das sociedades contemporâneas e funcionando como preconceitos, de conotação positiva ou negativa.

Sendo assim, o dinheiro, como um símbolo, pode se qualificar tanto na classe de símbolo natural, quanto no tipo de símbolo cultural. Isso se dá uma vez que, em relação ao fator natural, o dinheiro é capaz de ser compreendido e utilizado de maneiras distintas, dependendo da idade, da classe social, do gênero e da história familiar de cada indivíduo. Já quanto ao caráter cultural, o dinheiro atua nesse sentido na medida em que deriva de uma construção social e de uma crença coletiva, tendo seu valor correlacionado à sociedade na qual se encontra (FERREIRA, 2008).

---

<sup>4</sup>Jung (2000) define como imagem arquetípica a manifestação do arquétipo, através da combinação da forma arquetípica psicologicamente herdada *a priori* com a experiência subjetiva de cada sujeito.  
**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 8, p.346-370, jul./dez. 2022 – ISSN 2674-9483**

Isto posto, em harmonia ao focalizado por Jung (2015b), os símbolos são partes relevantes da psique humana, bem como análogas a fatores vitais. Portanto, não seria plausível lidar com os conteúdos simbólicos de modo racional e, caso haja uma tentativa de suprimi-los, acarreta-se uma perda significativa para o sujeito. Tal característica simbólica remete ao dominante arquetípico do dinheiro e levanta a necessidade de que os conteúdos monetários ocupem um lugar de visibilidade, de acordo com as particularidades de cada indivíduo, para que sejam discutidos, acompanhados, compartilhados e, essencialmente, manifestados, possibilitando sua consequente assimilação.

Assim, como uma instância psíquica arquetípica e simbólica, caso o dinheiro seja reprimido ou desprovido de sua respectiva importância, sua carga energética se esvai no inconsciente, sendo capaz de ocasionar em consequências imprevisíveis. Conforme Jung (2015b), essa energia não seria perdida, mas sim redirecionada, intensificando tendências que ainda não tiveram oportunidade de se manifestar livremente na consciência. Em função disso, mesmo fatores anteriormente benéficos, quando reprimidos, podem adquirir aspectos negativos, o que faz surgir a necessidade do âmbito consciente e da instância inconsciente se movimentarem de maneira unida e não dissociada, visando a saúde física e o equilíbrio psíquico dos sujeitos.

Sendo assim, seria possível evitar com que o dinheiro, semelhante a qualquer conteúdo psíquico ignorado, se transforme numa sombra<sup>5</sup> destrutiva, não só para o aspecto pessoal do indivíduo, mas também para uma dimensão mais coletiva da sociedade (JUNG, 2015b). Como dito por Von Franz (1985), na eventualidade da sombra pessoal não se encontrar integrada de maneira satisfatória, acarreta-se a abertura da porta da psique para a sombra coletiva adentrar e ocupar um lugar significativo. Desse modo, o dinheiro, uma vez atribuído à sombra grupal, poderá assumir dimensões consideráveis e ocasionar em problemas éticos, bem como em inúmeros prejuízos.

Por conseguinte, ao dar vazão aos conteúdos psíquicos, sobretudo àqueles provenientes do contexto monetário, tem-se a oportunidade de que o movimento

---

<sup>5</sup>Sombra é a parte da personalidade composta por conteúdos considerados desfavoráveis, por funções mal resolvidas e por tópicos do inconsciente pessoal. Comumente atribui-se à sombra um valor negativo, apesar desta também ser formada por boas qualidades vistas como inadequadas ou incômodas. Além do elemento individual, a sombra detém igualmente um material coletivo referente ao grupo no qual o indivíduo está inserido (JUNG, 1980; VON FRANZ, 1985).

psíquico entre consciente e inconsciente aconteça com equilíbrio. Como resultado, ter-se-ia a união dos conteúdos opostos por meio da função transcendente proposta por Jung (2013), a qual designa o processo psicológico de lidar com a camada inconsciente da psique. Seja por meio de questões racionais ou irracionais, essa função detém o potencial de alcançar a fenda existente entre o consciente e o inconsciente, servindo como um elo e superando a tensão constituída entre esses opostos (JUNG, 1980).

Portanto, para assimilar o arquétipo do dinheiro, espera-se que os sujeitos atuem no sentido de dar o primeiro passo no processo de união das posições inconscientes e conscientes que possam existir sobre os assuntos monetários e suas variáveis. Para tal, Jung (2013) aponta a necessidade de que os conteúdos reprimidos se tornem conscientes, a fim de que a tensão entre os contrários esteja presente e suscite uma tensão repleta de energia. Ocasiona-se, dessa forma, num novo nível e numa nova situação para o indivíduo, agora com uma particularidade mais saudável, em virtude da não obstrução do movimento psíquico.

À semelhança de qualquer união dos opostos, tal qual o quente para o frio e o que está na parte de cima para o que se encontra em baixo, todo consciente procura, de uma forma natural e esperada, o seu oposto inconsciente (JUNG, 1980). Sem o fluir entre essas duas camadas, a continuação do movimento de energia psíquica se torna impossível, sentenciando a psique à estagnação e acarretando inúmeras consequências negativas para o indivíduo em questão. Em suma, nas palavras de Jung (1980, p. 49), “[...] é no oposto que se acende a chama da vida”.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em mente as reflexões aqui apresentadas, cabe lembrar que a presente pesquisa dispôs o objetivo de tentar compreender os possíveis fatores psicológicos associados ao dinheiro, utilizando-se como perspectiva teórica a Psicologia Analítica proposta por Carl Gustav Jung. Com essa finalidade, discorreu-se ao longo da pesquisa acerca das principais ideias provenientes da Psicologia do Dinheiro, assim como de determinados conceitos junguianos, tais quais a concepção de complexo afetivo, de arquétipo e de símbolo, relacionando-os aos fatores monetários e suas diversas variáveis.

Dessa forma, com base na investigação efetuada, acredita-se que a hipótese inicialmente construída para a pesquisa em foco possui plausibilidade como chave compreensiva. De outros modos, certos conteúdos oriundos da Psicologia Analítica se demonstraram capazes de contribuir para o entendimento não só da maneira com que as pessoas se relacionam ao dinheiro, mas igualmente dos aspectos psíquicos dessa conexão. Nesse sentido, viu-se numa perspectiva individual, as ideias de complexo monetário e de projeção sobre a figura do dinheiro, além de, numa visão mais coletiva, as concepções de arquétipo do dinheiro e de simbolismo monetário.

À vista disso, aspira-se que a presente pesquisa atue no sentido de contribuir para uma maior difusão do tema tratado, haja vista a tímida contribuição da corrente literatura no que tange o estudo dos fatores psicológicos interligados ao contexto monetário. Nessa perspectiva, reforça-se a necessidade de realização de um maior número de pesquisas que abarquem o assunto proposto, visando o aumento de foco nesta área do saber ainda pouco conhecida não só dentro da teoria, como também no universo da psicologia prática.

Por fim, faz-se necessário ter em consideração o fato do dinheiro se configurar como primordial para a vida em sociedade, para sujeitos, nações e instituições, bem como para trocas comerciais, para a satisfação da vontade humana, dentre tantos outros. Diante disso, acredita-se que a psicologia como um todo desfruta de um significativo potencial de contribuição para um olhar mais cuidadoso no que diz respeito aos fatores monetários e à forma com que esses se fazem presente na vida de cada indivíduo.

Para tal, cabe tanto aos profissionais quanto aos pesquisadores percorrerem o caminho de busca para uma maior compreensão de um fator tão presente no mundo contemporâneo, mas, paradoxalmente, tão pouco estudado pela literatura psicológica. Por esse ângulo, a proposta do presente artigo se constituiu no esforço de contribuir para um maior entendimento da temática dos aspectos psicológicos inerentes ao dinheiro e suas especificidades. Dessa maneira, acredita-se que se tenha logrado êxito nessa direção.

## REFERÊNCIAS

FERREIRA, Vera Rita. **Psicologia Econômica**: Estudo do comportamento econômico e da tomada de decisão. 1 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

JUNG, Carl Gustav. **Ab-reação, análise dos sonhos, transferência**. 9 ed. Vozes: Petrópolis, 2018.

JUNG, Carl Gustav. **AION**: estudos sobre o simbolismo do si-mesmo. 7 ed. Vozes: Petrópolis, 2008.

JUNG, Carl Gustav. **A natureza da psique**. 10 ed. Vozes: Petrópolis, 2013.

JUNG, Carl Gustav. **A prática da psicoterapia**: contribuições ao problema da psicoterapia e à psicologia da transferência. 6 ed. Vozes: Petrópolis, 1985.

JUNG, Carl Gustav. **Aspectos do drama contemporâneo**. 5 ed. Vozes: Petrópolis, 2012.

JUNG, Carl Gustav. **Civilização em transição**. 3 ed. Vozes: Petrópolis, 2007.

JUNG, Carl Gustav. **Estudos experimentais**. 2 ed. Vozes: Petrópolis, 2011.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. 2 ed. Vozes: Petrópolis, 2000.

JUNG, Carl Gustav. **Psicologia do Inconsciente**. 2 ed. Vozes: Petrópolis, 1980.

JUNG, Carl Gustav. **Tipos psicológicos**. 10 ed. Vozes: Petrópolis, 2015a.

JUNG, Carl Gustav. **Vida simbólica**: escritos diversos. 7 ed. Vozes: Petrópolis, 2015b.

LAUER-LEITE, Iani Dias *et al.* Valores Humanos e Significado do Dinheiro: Um Estudo Correlacional. **Psico**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 15-25, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/12243/11405>. Acesso em: 10 maio 2022.

LOCKHART, Russel *et al.* **Dinheiro e Alma**. Dallas: Spring Publications, 1997.

MEIRELLES, Valéria Maria. **Atitudes, crenças e comportamentos de homens e mulheres em relação ao dinheiro na vida adulta**. 2012. 155 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15216>. Acesso em: 10 maio 2022.

MOREIRA, Alice; TAMAYO, Álvaro. Escala de Significado do Dinheiro: Desenvolvimento e Validação. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 15, n. 2, p. 93-105, 1999. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/R3SnpDsJcT8Zg6bgT7Ff6PN/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2022.

PIERI, Paolo Francesco. **Dicionário Junguiano**. 1 ed. Paulus: São Paulo, 2002.

SERBENA, Carlos Augusto. Considerações Sobre o Inconsciente: Mito, Símbolo e Arquétipo na Psicologia Analítica. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 76-82, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=357735613010>. Acesso em: 19 set. 2022.

STEIN, Murray. **Jung: o Mapa Da Alma – Uma Introdução**. 5 ed. Cultrix: São Paulo, 2006.

VON FRANZ, Marie-Louise. **A sombra e o mal nos contos de fadas**. 1 ed. Paulus: São Paulo, 1985.